

Paulo Freire, hoje

» CRISTOVAM BUARQUE

Professor emérito da Universidade de Brasília (UnB) e membro da Comissão Internacional da Unesco para o futuro da educação

Azul de metileno

» RICARDO NOGUEIRA VIANA
Delegado chefe da 6ª DP e professor de educação física

São raros os pensadores cujas obras atravessam o tempo: Paulo Freire é um desses. Por isso, estamos comemorando seu centenário. Eles têm em comum o fato de mostrarem o mundo de uma maneira diferente de como ele aparecia antes. Como Copérnico, que mostrou que a Terra girava ao redor do Sol, o que parecia impossível à época. Com ineditismo, Paulo Freire mostrou que a educação não se faz apenas do professor para o aluno, mas em uma interação entre eles e as coisas que os rodeiam. A partir dessa visão, revolucionou a maneira de alfabetizar os adultos.

No lugar dos velhos métodos de ensiná-los, como se faz com crianças, ele formulou o seu método: substituir o professor que chega com a cartilha pronta por uma construída depois de pesquisa identificando palavras que o aluno usa no seu dia a dia. No lugar de u-v-a igual a uva, m-a-n-g-a igual a manga, no lugar de n-e-v-e igual a neve, usar f-o-m-e como fome. Essa mudança simples, que hoje parece óbvia, representou uma mutação epistemológica, característica de um gênio. Paulo Freire deu o toque de mudança para explicar o mundo e dizer como transformá-lo.

Não ficou apenas nisso, Paulo Freire promoveu outro ponto de mudança ao sugerir que educar é mais do que instruir, é também dar passos para a liberdade das pessoas que se educam. Antes de Paulo Freire, a educação era um instrumento para ensinar crianças a sobreviverem e contribuir na construção de um mundo melhor, mais rico e mais belo. Mas ele ensinou que

educação é o vetor da libertação de cada pessoa ao conhecer, deslumbrar-se e agir. A partir de Freire, educar passou a ser o mesmo que caminhar para a liberdade: dos que se educam e do mundo que eles construíram.

Paulo Freire juntou filosofia libertária com o método de alfabetizar, na realização desse processo libertário. Com o u-v-a igual a uva, o aluno tem mais dificuldade, mas pode mesmo assim se alfabetizar, mas ao descobrir que f-o-m-e é igual a fome ele aprende mais facilmente e adquire consciência de sua situação no mundo, das injustiças que sofre e da necessidade de lutar para ir em direção à liberdade, inclusive, das necessidades essenciais à vida.

Com Freire, o papel da educação passou a ser o de ampliar o horizonte da liberdade da pessoa, de seu povo e da humanidade inteira. Ele mostrou também que o aprendizado é resultado da convivência entre o aluno e o professor, sem submissão de um ao outro, com o mundo onde eles vivem. Com essas duas formulações — educação que liberta e que é feita pelo professor junto com o aluno, em sintonia com o que há ao seu redor—Paulo Freire é o Copérnico da educação.

Depois de Paulo Freire, a alfabetização passou a ser o passo inicial da libertação. Ter visto o que não era visto antes, faz dele um gênio. A partir dele, cabe a nós avançarmos na definição do conceito de analfabetismo, e ampliarmos o uso das novas ferramentas para promover a “alfabetização contemporânea”. Nos tempos dele, analfabeto era

quem não sabia decifrar as letras, no mundo global e tecnificado que surgiu desde então, o “alfabetizado contemporâneo” precisa ler, falar, entender, escrever bem seu idioma, falar pelo menos um idioma estrangeiro, conhecer as bases da matemática, das ciências, das artes, das ideias do mundo; ser capaz de entender os problemas, os desafios e os rumos da civilização em sua globalidade e sua interação com a natureza; dispor das habilidades necessárias para exercer pelo menos um ofício e ser capaz de continuar aprendendo até o final de sua vida.

Essa “alfabetização contemporânea” exige uma educação com a máxima qualidade para todos: quebrar a injustiça com pessoas, ao negar educação a uma parte da população, e parar a estupidez social de desperdiçar o potencial de conhecimento dos que são deixados para trás. Além de aproveitar as modernas tecnologias da informática, a “alfabetização contemporânea” exige assegurar a chance de a escola, com a máxima qualidade e qualidade igual para toda criança, do dia em que nasce até o fim do ensino médio, independentemente da renda, do endereço, da raça e do gênero. Para tanto, será necessário que o Brasil disponha de um Sistema Público Nacional Único de Educação, sem o qual não será possível a máxima qualidade, ainda assegurar equidade plena. Paulo Freire foi o gênio educador, sua obra e o mundo precisam, agora, de educacionistas ativos para abrir os caminhos da liberdade para todos.

Elá se foi setembro. O mês da seca, dos Ipês, das manifestações, das tensões institucionais e das mortes. A pandemia ainda vive, entretanto, o mundo teve que aprender a engatinhar paralelamente ao vírus, que marcou as vidas dos que sobreviveram e levou milhares dos que adoeceram. Ninguém se voluntariou e, de repente, idosos, jovens, adolescentes, ricos e pobres tiveram suas partidas antecipadas por conta do inesperado coronavírus. Além dos compulsórios óbitos, há pessoas que seguem o caminho da morte, em tese, espontaneamente, ou seja, ceifam suas vidas por razões desconhecidas, até mesmo dos que os ladeiam.

Entoando este triste fato, o mundo celebrou o Setembro Amarelo, uma campanha educativa com vistas a chamar atenção para uma situação que pouco se fala, mas incomoda e entristece a todos, o suicídio. Coincidentemente à data, a Polícia Civil do Distrito Federal deflagrou a operação *Methylene Blue*, com vistas a cessar as atividades de uma associação criminosa que fomentava esse tipo de conduta, ou seja, concitava pessoas a se matarem.

Uma investigação policial com vistas a coibir o suicídio? Não, mas quem instigava e auxiliava esse resultado de morte. Quando se opera o direito, há crimes tipificados que não se sabe o porquê de estarem positivados, ou seja, estão descritos na norma penal, mas raramente o Estado consegue enxergar e punir os seus autores. Suicidar não é crime, mas aquele que participa e colabora para este resultado material incorre nas penas cominadas no artigo 122 do Código Penal, punido com reclusão de 2 a 6 anos.

Após sete meses de investigações, a Polícia Judiciária desta capital conseguiu indagar pessoas que se reuniram para praticar esse despautério. Em tese, indivíduos encontravam-se no ambiente virtual e eram convidados a participar de um grupo fechado. Ali, trocavam informações, aconselhavam, encorajavam e recebiam produtos, inclusive com inibidores de dor para minimizar o sofrimento na hora da morte. Quem seguisse o caminho do desconhecido, era retirado do grupo. Pessoas faleciam mas, o mais surpreendente, o núcleo do grupo, inclusive o seu administrador, não saía e também não experimentava das suas próprias prescrições.

Em 2020, 800 mil pessoas se suicidaram no mundo. O Brasil assimilou 12 mil óbitos, ocupando o oitavo lugar neste triste ranking. A vida é um direito absoluto, irrenunciável e inalienável. Sob uma visão teológica, após Deus criar o mundo, fez o homem diante de sua imagem e semelhança. Mas qual similitude teríamos com o onipotente que nos levaria a renunciar a própria vida ou corroborar para o término da vida alheia? Nenhuma! De forma superficial, poderíamos caracterizar o suicida em três contrapostos adjetivos: corajoso, covarde ou enfermo. Em uma primeira análise, despojar-se do direito à luz pelos próprios meios, seria ou não uma atitude audaz. Em oposição à ousadia, vislumbra-se a fraqueza humana a ponto de abrir mão do milagre da vida diante dos obstáculos do cotidiano. Em última razão, somente questões patológicas poderiam traduzir a ação de dar termo à própria existência.

Segundo a OMS, o suicídio virou uma epidemia com extensões globais, portanto, é uma questão de saúde pública. Suicidar não é um ato de coragem, tampouco covardia, mas um estado de conflito ocasional em que a pessoa se encontra e, com vistas a romper pressões sociais, sentimentos de culpa, remorso, depressão e ansiedade, sacrifica-se a si mesmo. Diante de uma visão espiritual-cristã, presume-se punições aos suicidas, pois a cada um foi dada uma missão e não teríamos nós o direito a interrompê-la antes do chamado Divino. Ao compulsar o decálogo, não encontramos o ato de se autoexterminar, ou seja, diante da porta estreita, quem seríamos nós para julgar esse tipo de ação.

Do prisma criminal, nada ocorrerá a quem interrompe o fluxo da vida, nem mesmo em sua forma tentada, entretanto, aqueles que se beneficiam de seus prazeres imorais incentivando a morte alheia, cabe ao Estado puni-los ou tratá-los, caso não tiverem discernimento do malefício de suas condutas. A operação policial cumprirá mandados de prisão e de busca em diferentes unidades da Federação e os presos encontram-se à disposição da Justiça. O nome que intitula esse artigo é justamente o antídoto que salvaria a vida dos que seguiram a recomendação dos falsos mentores. O mês de setembro passou, mas o diálogo sobre este tema deve ser frequente e percorrer escolas, famílias, instituições, poder público e instituições privadas. A partir da educação, sem medo e pudor para falar sobre o suicídio, podemos chegar à prevenção, isto é, salvar vidas e mostrar àqueles que sofrem, que viver vale a pena.



Política habitacional exclui os pobres

» SERGIO TAKEMOTO

Presidente da Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal (Fenac)

Nesta semana em que movimentos Populares Urbanos tomam as ruas de Brasília em jornada pelo Dia Nacional dos Sem Teto / Dia Mundial da Habitação, nos deparamos com uma realidade cruel e preocupante, uma vez que o Brasil enfrenta uma das maiores crises econômicas e sociais de sua história — derivada da má gestão e total falta de políticas sociais do governo de Jair Bolsonaro. O fim da Faixa 1 do Minha Casa Minha Vida, a cobrança de juros maiores pelo Casa Verde e Amarelo, os custos crescentes da construção civil e a falta de recursos ameaçam deixar quem mais precisa sem perspectivas de moradia própria, sem contar o impacto na geração de empregos e renda impulsionada pelos programas habitacionais.

Vale lembrar que o Brasil tinha um programa habitacional bem-sucedido — o Minha Casa, Minha Vida — que, em uma década, financiou moradia própria para mais de 12 milhões de pessoas. Porém, no governo Bolsonaro, o programa foi alterado e virou o Casa Verde e Amarelo, que não apenas aumentou a renda mínima mensal exigida para os financiamentos como também passou a cobrar juros de até 8,16% ao ano nas linhas de

crédito. Ou seja, Bolsonaro não apenas dificulta o acesso das pessoas de baixa renda como aumenta as chances delas se endividarem ainda mais com os empréstimos. Isso, vale ressaltar, num momento em que as taxas de desemprego alcançam altas históricas, com mais de 14 milhões de brasileiros sem trabalho, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Desde o início da gestão, o governo Bolsonaro, com total apoio da alta direção da Caixa — em nome do presidente do banco, Pedro Guimarães — já mostrava tendência de deixar os mais vulneráveis às margens do programa. Ainda em 2019, foi anunciada a extinção da Faixa 1, voltada para famílias com renda até R\$ 1,8 mil e que, em 10 anos, entregou mais de 1,5 milhão de moradias, com 90% de subsídio médio. Se o déficit habitacional que afeta o segmento já era grande na época, a situação ficou ainda mais preocupante com a pandemia. Segundo o IBGE, são mais de 200 mil pessoas morando nas ruas, e a tendência é de que o número aumente.

Outra mudança trazida pelo Casa Verde Amarelo foi a de permitir que os financiamentos do programa passassem a ser operados por bancos

privados, menos interessados em atender as faixas menos lucrativas, logo as que contemplam as famílias mais pobres. Antes, as transações eram restritas à Caixa, responsável por 70% do crédito habitacional e 90% dos financiamentos para pessoas de baixa renda.

Em vez de enfrentar a situação, no entanto, o governo continua a esvaziar os programas habitacionais; inclusive, de recursos.

O Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), usado para financiar a construção de casas populares, está com um déficit de R\$ 1,5 bilhão. Sem esses recursos, as obras correm risco de paralisação, porque não haverá dinheiro para pagar os contratos. Com isso, milhares de pessoas empregadas no setor de construção civil podem ficar sem trabalho, em plena crise econômica.

Enquanto os pobres vão ficando cada vez mais em uma situação de total miséria, o presidente Jair Bolsonaro se preocupa apenas com sua campanha: retira os benefícios habitacionais da população de baixa renda e anuncia novos benefícios para militares e outras classes do seu interesse. Uma série de demonstrativos de que, para ele, moradia é um direito exclusivo da elite.